

OPINIÃO

SOCIALISTA

ENTREGUISMO

**FLÁVIO BOLSONARO
PEDE INTERFERÊNCIA
DE TRUMP NAS
ELEIÇÕES**

Pág. 33 a 36

MEIO AMBIENTE

**POR QUE
DEVEMOS NOS
PREOCUPAR
COM O SUPER
EL NIÑO?**

Pág. 37 a 45

DEBATE

**NÃO HÁ ESQUERDA
RADICAL SEM SER
OPOSIÇÃO DE
ESQUERDA AO
GOVERNO LULA**

Pág. 59 a 62



Pág. 11 a 19

RECOLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

**VITÓRIAS ELEITORAIS DA DIREITA, OFENSIVA IMPERIALISTA
E LUTAS DOS TRABALHADORES MOSTRAM A FALÊNCIA DA
CONCILIAÇÃO DE CLASSES.**

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTA

Pesquisa Eleitoral: Vera aparece com 5% para o governo de São Paulo

Pág. 6 a 10

EDITORIAL

LULA ENTRE OS DISCURSOS
E A PRÁTICA

Pág. 11 a 19

CENTRAIS

RECOLONIZAÇÃO E
RESISTÊNCIA NA
AMÉRICA LATINA

Pág. 20 a 23

FUTEBOL

A CANETADA IMPERIALISTA
DE TRUMP, O TRILHÃO DO
FUTEBOL-MERCADORIA
E A TRAGÉDIA DO
FUTEBOL-ESPETÁCULO

Pág. 24 a 27

PARTIDO

PELA CONSTRUÇÃO DE UM
PROGRAMA PARA
TRANSFORMAR O BRASIL

Pág. 28 a 32

BRASIL

ENQUANTO PLANEJA AJUSTE
FISCAL EM CIMA DOS POBRES,
LULA LIBERA PLANO BILIONÁRIO

Pág. 33 a 36

MUNDO

FLÁVIO BOLSONARO PEDE
INTERFERÊNCIA DE TRUMP
NAS ELEIÇÕES

Pág. 37 a 45

MEIO AMBIENTE

POR QUE DEVEMOS NOS
PREOCUPAR
COM O SUPER EL NIÑO?

Pág. 46 a 49

OPRESSÕES

ROMPER AS ENGRENAGENS
CAPITALISTAS PARA A
EMANCIPAÇÃO DA MULHER
NEGRA TRABALHADORA

Pág. 50 a 53

MUNDO

UCRÂNIA: MOMENTO DE
VIRADA?

Pág. 54 a 58

DEBATE

O PSOL DIANTE DE UMA
GRANDE CONTRADIÇÃO

Pág. 59 a 62

DEBATE

NÃO HÁ ESQUERDA RADICAL
SEM SER OPOSIÇÃO DE
ESQUERDA AO GOVERNO
LULA

Pág. 63 a 66

PARTIDO

HERTZ DIAS PARTICIPOU
DO LANÇAMENTO DAS
PRÉ-CANDIDATURAS DO
PSTU

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

PESQUISA ELEITORAL

Vera aparece com 5% para o governo de São Paulo



A pré-candidatura de Vera, pelo PSTU em São Paulo, aparece com 5% das intenções de voto na mais recente pesquisa Datafolha, indicando que existe um espaço para uma alternativa independente dos trabalhadores na disputa pelo governo paulista.

A eleição em São Paulo vai além da escolha entre Tarcísio e Haddad: está em debate qual projeto pode enfrentar as causas que fortaleceram a extrema direita no estado. Tarcísio busca a reeleição para aprofundar seu projeto de privatizações e se consolidar como principal nome do bolsonarismo. Já Haddad, representa a política de conciliação de classes do governo Lula expressa no arcabouço fiscal e na aliança com figuras como Márcio França, Simone Tebet e Marina Silva.

Para Vera, derrotar Tarcísio e seu projeto exige construir uma alternativa socialista, independente, apoiada na mobilização dos trabalhadores e em um programa que responda aos interesses da maioria da população. É a serviço disso que estará nossa candidatura.■

LEIA JÁ!

Saiu as novas edições da revista
Marxismo Vivo e do Correio
Internacional!

LANÇAMENTOS!

CORREIO INTERNACIONAL
ESPECIAL BOLÍVIA

ADQUIRA AGORA

MARXISMO VIVO Ed. 22

A GUERRA IMPERIALISTA CONTRA O IRÃ

ADQUIRA AGORA



Lula entre os discursos e a prática



Presidente Lula. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

A fala em que Lula declara nunca ter sido um esquerdista, vazada durante uma conversa na reunião do G7 com a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, e o chanceler alemão, Friedrich Merz, causou certo burburinho.

Mas de fato Lula não mentiu. Afinal, sempre fez um governo digno de alguém de direita. Sempre defendendo os interesses dos grandes grupos econômicos do país e aprofundando a decadência capitalista do país que nos levou à desindustrialização, à subordinação cada vez maior ao imperialismo e à manutenção dos problemas estruturais do país.

Não chega a ser, na verdade, uma grande revelação, já que Lula disse coisa igual em outras circunstâncias. O interessante é o contexto em

que Lula se diz de esquerda ou não. Durante a campanha eleitoral de 2022, por exemplo, afirmou no Programa do Ratinho que se considerava “um cidadão de esquerda, um socialista”. No ano passado, num evento público no Palácio do Planalto, disse: “Eu vou ficar cada vez mais esquerdista, cada vez mais socialista, e vou ficar achando que a gente pode mais”.

FALA UMA COISA, MAS FAZ OUTRA

Lula tem um discurso para cada tipo de público. Aos representantes do imperialismo e à burguesia, repele qualquer rótulo de esquerda ou coisa que o valha. Na frente das câmeras, aos trabalhadores ou na tribuna do Conselho Geral da ONU, ataca os bilionários, a desigualdade social, a fome no mundo e todas as agruras do capitalismo.

O que parece mais sincero, um discurso público em frente às câmeras de TV ou o que confessa no íntimo de uma sala ou num luxuoso hotel reservado? A realidade mostra que o discurso público de Lula é usado para tentar angariar votos e apoio entre os trabalhadores. Já que a prática demonstra que seu governo impõe uma política econômica que privilegia e beneficia esses mesmos bilionários. O arcabouço fiscal é o maior exemplo disso: implementa um duro ajuste fiscal, desviando recursos de áreas sociais para garantir o pagamento da dívida a meia dúzia de banqueiros e megainvestidores. Dívida, aliás, turbinada com a maior taxa de juros do mundo.

Lula acabou de conceder, ainda, o maior Plano Safra da história ao grande agronegócio, que supera R\$ 525 bilhões. Para efeito de comparação, é mais de três vezes o orçamento do

Bolsa Família deste ano, de R\$ 158 bilhões, para 20 milhões de famílias. Mesmo assim, seu ministro da Fazenda, Dario Durigan, sucessor de Haddad, reclama que o Estado vive uma crise fiscal e promete arrochar ainda mais as contas nos próximos anos.

Mesmo em relação à luta contra a escala 6×1, Lula e o PT têm uma prática oposta ao discurso. O governo retirou a urgência do projeto que apresentou, que já era limitado, e não joga peso no Senado para o fim da escala. Limita-se a lavar as mãos, colocando a culpa no presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil). Um picareta eleito, inclusive, com o apoio e os votos do PT.

SOBERANIA SÓ NO GOGÓ

Outro ponto em que o discurso do governo Lula não bate com a prática é em relação à defesa da soberania. Ao mesmo tempo em que usa o tarifaço de Trump para defender nas palavras a autonomia do povo brasileiro, vai entregando o país ao imperialismo. Usa as terras raras como moeda de troca nas negociações com os EUA, faz acordo com o imperialismo europeu via Mercosul (no qual vamos vender carne para comprar carros) e escancara o país ao capital chinês.

Se fosse realmente contra o ataque imperialista de Trump, o mínimo que Lula teria feito seria utilizar a Lei de Reciprocidade, aprovada pelo próprio Congresso Nacional, para retaliar os EUA. Mas nem isso o governo cogitou, em conluio com uma subserviente e capacha burguesia nacional.

DIZER A VERDADE AOS TRABALHADORES...

O discurso do governo pode, num primeiro momento, angariar apoio, mas, como a realidade

dos fatos é teimosa e insiste em aparecer, uma hora ou outra chegará o inevitável desgaste que sua política provoca na vida concreta da classe trabalhadora. Já vimos isso com Dilma. O alto nível de rejeição e a resiliência da extrema direita não vêm somente das fake news do “zap”, mas do papel desastroso de governos de conciliação de classes que, apesar de diferentes da extrema direita, seguem governando para os capitalistas, mantendo as péssimas condições de vida dos trabalhadores.

É aí que a esquerda da ordem se enrola. Setores de partidos como o PSOL se colocam contra o arcabouço fiscal, a favor do fim da 6×1 e da redução da jornada, contra as privatizações e pelo controle estatal dos nossos recursos naturais, mas vão chamar o voto em Lula no primeiro turno. Ou seja, se dizem contra a política do governo Lula, mas reforçam a confiança em um setor que constrói um governo com a burguesia e setores do imperialismo, em nome de um suposto combate ao bolsonarismo e à extrema direita.

Na prática, não serve nem para enfrentar a direita nem lutar pela pauta que dizem defender. Serve apenas para blindar um governo capitalistas mesmo, mantendo os trabalhadores reféns do projeto burguês de conciliação de classes.

... PRECISAMOS DE UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

Para mudar de fato a vida do povo trabalhador, defender a soberania e derrotar o imperialismo e a extrema direita, é necessário a mais ampla unidade de ação para lutar. Mas o governo Lula não luta contra o imperialismo, concilia com ele.

Não enfrenta a burguesia, mas governa com e para ela. Isso demonstra que é necessário superar a conciliação de classes. Precisamos lutar já, nas ruas, pelo fim da escala 6×1, contra o arcabouço, a entrega do país e a extrema direita e também por nossas reivindicações, e ao mesmo tempo construir essa alternativa.

Por isso, o PSTU apresenta a pré-candidatura de Hertz Dias à presidência e Vanessa Portugal à vice e vem apresentando alternativas realmente antissistema e socialistas nos estados. Fortalecer essa alternativa, rompendo com o ciclo de falsas alternativas burguesas que vem levando o país à decadência e à barbárie, é a única forma de apontar no horizonte uma saída de fato para a classe trabalhadora e a população mais pobre e oprimida.■



POLARIZAÇÃO

Recolonização e resistência na América Latina



JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO



De um lado, a ofensiva mais agressiva do imperialismo estadunidense sobre o continente em décadas, apoiada numa rede de governos de extrema direita. De outro, uma classe trabalhadora que não foi derrotada e, a exemplo da Bolívia, mostra na prática como enfrentá-los.

A EXTREMA DIREITA É UM PERIGO PARA OS TRABALHADORES

A extrema direita acumula importantes vitórias eleitorais. Na Colômbia, Abelardo de la Espriella derrotou o candidato apoiado por Gustavo Petro. Keiko Fujimori venceu no Peru, país com oito presidentes em dez anos. Somam-se a Kast no

Chile, à reeleição de Noboa no Equador, a Milei na Argentina e a Bukele, que governa El Salvador desde 2019 como uma ditadura.

Articulados com Donald Trump, esses governos aprofundam os ataques aos trabalhadores, a entrega das riquezas nacionais e ameaçam com mais autoritarismo e repressão. Quando necessário, podem avançar ao estado de exceção e endurecer os regimes.

Quanto mais Trump se atola no Oriente Médio, mais aperta o controle do “quintal”, ampliando a ingerência na região com agressões militares, ameaças às eleições e medidas econômicas como o tarifaço contra o Brasil, para subordinar governos aos interesses dos monopólios estadunidenses, em especial das *big techs*.

Essa ofensiva ocorre em meio à disputa entre EUA e China. Para preservar sua hegemonia, os EUA buscam controlar minerais estratégicos, mercados e garantir os lucros de seus monopólios. A China, por sua vez, ampliou rápido sua presença na região, tornou-se o principal parceiro comercial de vários países e expandiu seus investimentos em infraestrutura e setores estratégicos para disputar mercados e lucros. Trocar a dominação estadunidense pela chinesa, porém, não altera a lógica da dependência. Apenas substitui um imperialismo por outro.

LUTAS

A resistência dos trabalhadores

A vitória eleitoral da extrema direita não significou a derrota da classe trabalhadora. Tampouco as

ameaças de Trump ficam sem resposta. A resistência segue viva em todo o continente, em uma situação de forte polarização social e política. O problema não é falta de disposição para lutar, mas ausência de uma direção capaz de unificar essas lutas e transformá-las em alternativa política própria.

No Chile, estudantes voltaram às ruas contra os cortes na saúde e na educação. Na Argentina, as lutas operárias enfrentam o ajuste de Milei e há uma importante reorganização da esquerda. No Equador, o levante indígena e popular de 2025 contra o pacote de Noboa paralisou o país por semanas. No Peru, sucessivas mobilizações derrubaram presidentes.

Nos próprios EUA cresce a resistência a Trump, com manifestações contra a guerra, contra o ICE e em defesa dos imigrantes. Ao mesmo tempo, aumenta entre a juventude a simpatia pelo socialismo e a rejeição ao Estado sionista de Israel.



Estudantes protestam contra política de Kast no Chile. Foto: Frente Fotografico

O exemplo mais importante foi a Bolívia. Mineiros, camponeses e povos indígenas responderam ao plano neoliberal do governo com bloqueios e mobilizações que paralisaram o país durante semanas. O movimento, porém, acabou derrotado, apesar da disposição de luta, pela política de suas direções. A Central Obrera Boliviana (COB) negociou com o governo, abandonou a exigência de sua derrubada e se recusou a organizar uma greve geral, permanecendo presa à disputa entre Evo Morales e Luis Arce em vez de apontar uma saída independente dos trabalhadores.

REALIDADE MOSTRA

Conciliação de classes fortalece extrema direita

Os defensores da conciliação de classes afirmam que é preciso eleger governos progressistas para derrotar a extrema direita. Mas a experiência recente demonstra exatamente o contrário. Foi assim na Colômbia, com Gustavo Petro, e no Chile, com Gabriel Boric. Depois de seus governos, a extrema direita voltou ao poder.

Isso acontece porque esses governos mantêm intactos os pilares do capitalismo. Preservam os acordos com a burguesia, respeitam os interesses das multinacionais e apresentam a democracia burguesa como horizonte intransponível. Contra as privatizações e os ataques neoliberais da extrema direita, a esquerda de conciliação responde administrando o mesmo sistema a seu modo e aplicando seus próprios ajustes. Ao convencer os trabalhadores de que é possível

administrar o capitalismo de maneira mais humana, desarmam sua organização independente e produzem frustração já que as condições de vida continuam se deteriorando.

As últimas décadas na América Latina demonstram esse processo. Grandes mobilizações populares foram desviadas para a via eleitoral e terminaram em governos que administraram a decadência do capitalismo sem enfrentar suas causas. Os regimes políticos construídos após as ditaduras preservaram uma democracia dos ricos incapaz de resolver os problemas sociais mais elementares. Nesse cenário, a extrema direita conseguiu capitalizar o desgaste dos governos tradicionais e também dos governos progressistas.

A extrema direita não pode ser derrotada meramente por eleições, justamente porque é produto dessa realidade. É necessário que sejam enfrentadas e destruídas as bases capitalistas que permitem a ela se fortalecer.

DEFENDEM A DEMOCRACIA DOS RICOS

Lula e a desculpa da correlação de forças

No Brasil, sempre que é cobrado a fazer mais, o governo Lula e os petistas respondem que não há correlação de forças para atender os trabalhadores. Mas qual foi a postura desse governo quando, na Bolívia, os trabalhadores construíram essa correlação de forças nas ruas, contra um governo de direita apoiado por Trump? Lula não apenas deixou de prestar solidariedade

às vítimas da repressão como saiu defendeu o governo boliviano. Depois de telefonar para Paz, anunciou toneladas de mantimentos em ajuda ao governo e apelou ao “Estado de direito”, posicionando-se de modo objetivo ao lado de Trump e Milei na sustentação de um governo odiado pelos trabalhadores e camponeses pobres.

Parte da justificativa de Lula é que Paz foi eleito de forma democrática e, por isso, não poderia ser derrubado pelo povo. Mas que democracia é essa? A que existe na Bolívia, e também no Brasil, é uma democracia dos ricos: controlada pelos capitalistas, que garantem seus lucros em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Uma coisa é um presidente ser derrubado por militares, por golpes reacionários ou pelo imperialismo. Isso é um retrocesso, e os socialistas devem combater essas ameaças sempre que surgirem. Outra coisa completamente diferente é quando um governo eleito na democracia dos ricos é derrubado pela mobilização dos próprios trabalhadores que o elegeram. Isso é uma medida progressiva, que fortalece a luta, amplia a organização e pode abrir o caminho para uma saída que questione o próprio sistema capitalista.



Rodrigo Paz Pereira, presidente da Bolívia, e Lula, presidente do Brasil

BRASIL SERÁ O PRÓXIMO?

Não podemos, nestas eleições, repetir os erros dos defensores da conciliação de classes que abriram caminho à extrema direita, como na Colômbia e no Peru. É necessário mirar no exemplo de luta do povo latino-americano, enfrentar o imperialismo e os governos capitalistas, construindo junto a isso uma alternativa revolucionária e socialista.

SOLIDARIEDADE AOS POVOS CONTRA O IMPERIALISMO

Venezuela e Cuba se submetem a Trump

Para além da série de vitórias eleitorais de Trump no continente, os EUA também impuseram um governo fruto de um ataque militar à Venezuela.

É preciso repudiar a agressão de Trump à Venezuela e se solidarizar com Cuba diante das ameaças de invasão dos EUA. Mas precisamos debater por que, depois do sequestro de Maduro pelos EUA, não houve resistência das massas nas ruas contra o imperialismo. Essa ausência é a resultante histórica do chavismo, cuja ditadura, ao reprimir os trabalhadores em nome do "socialismo", fez retroceder profundamente a consciência e a capacidade de organização da classe trabalhadora venezuelana.

Delcy Rodríguez foi empossada sob a tutela direta de Washington, mantendo o regime chavista, agora submetido de modo categórico ao imperialismo de Trump, mostrando a farsa do chavismo, que se dizia anti-imperialista.

Em Cuba, Díaz-Canel corre para aprovar reformas que aprofundam o capitalismo restaurado há anos na ilha, abrindo e entregando mais setores aos monopólios internacionais e negociando com o imperialismo de Trump e com a burguesia cubana de Miami para tentar preservar a ditadura castrista e evitar uma invasão dos EUA.

CONTRA TRUMP E A EXTREMA DIREITA

Fortalecer a independência dos trabalhadores

A extrema direita precisa ser derrotada. Para fazer isso, não há atalho. Isso não pode significar apoio a governos capitalistas que, em nome da democracia, mantêm os privilégios dos ricos e impedem a mobilização dos trabalhadores. Acreditar no mal menor ou nos governos de conciliação só faz a classe trabalhadora ficar sempre refém de algum setor capitalista e assistir a volta da direita.

É necessário defender os países contra ameaças militares e agressões imperialistas, mas também combater a submissão econômica imposta pelas grandes potências e pelas burguesias nacionais que atuam como suas parceiras.

POR UMA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA

A verdadeira soberania latino-americana só pode ser construída pela mobilização dos trabalhadores, dos camponeses pobres e dos povos originários contra todas as formas de exploração e dominação. Uma alternativa para a América Latina não virá da escolha entre diferentes projetos capitalistas. Não virá de

Washington, Pequim ou dos diferentes setores das burguesias nacionais.

Virá de uma alternativa dos trabalhadores, capaz de romper com a dependência, enfrentar os monopólios e colocar as riquezas do continente a serviço das necessidades dos trabalhadores. O desafio é fortalecer as lutas dos trabalhadores, sua capacidade de organização, tornando-os independentes da burguesia e conscientes de seus próprios interesses, superando assim a conciliação de classes e derrotando a extrema direita e o imperialismo de uma vez por todas.

Só assim será possível fechar as veias abertas da América Latina. ■



Ato contra o tarifaço de Trump em São Paulo. Foto: Maísa Mendes

COPA DO MUNDO

A canetada imperialista de Trump, o trilhão do futebol-mercadoria e a tragédia do futebol-espetáculo



ÉRIKA ANDREASSY,
DE SÃO PAULO (SP)



Donald Trump e Gianni Infantino, presidente da Fifa

Há episódios que não precisam de nenhuma mediação teórica para expor a natureza de classe do esporte-espetáculo atual. O caso Balogun é um deles. O atacante estadunidense recebeu cartão vermelho na vitória por 2 a 0 sobre a Bósnia e Herzegovina. Pelas regras que valem, sem exceção, para qualquer seleção do mundo há mais de 60 anos, a expulsão deveria gerar suspensão automática para a próxima partida contra a Bélgica, nas oitavas de final, sem apelação possível. É automático e é assim desde 1962.

Mas não desta vez, pois Trump, presidente dos Estados Unidos e anfitrião-mor deste Mundial,

ligou pessoalmente para o presidente da Fifa, Gianni Infantino, para “entender” a suspensão do seu craque e pedir reconsideração. Dias depois, a Fifa decidiu que Balogun poderia, afinal, jogar contra a Bélgica. Pela primeira vez em seis décadas de copas do mundo, um cartão vermelho não gerou suspensão efetiva.

É o imperialismo esportivo em sua forma mais nua e crua, não como analogia forçada, mas como mecanismo real e documentado, operando diante das câmeras do planeta.

A QUEDA DO BRASIL E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO FUTEBOL

Para compreender a totalidade da crise, é preciso situar a eliminação da Seleção Brasileira não como acidente de percurso, mas como sintoma estrutural.

No pior resultado brasileiro em uma Copa desde 1990 e a sexta eliminação seguida diante de uma seleção europeia desde o pentacampeonato de 2002, o sonho do hexa foi, mais uma vez, adiado. Mas seria um erro atribuir essa apatia a um jogador específico ou a uma escalação. O problema é muito mais profundo.

Na cadeia produtiva do futebol-mercadoria, o Brasil acabou reduzido ao papel de exportador de matéria-prima. Forma jogadores de elite para abastecer o mercado internacional, mas já não é capaz de construir, a partir deles, uma seleção com identidade própria e espírito coletivo.

Nossos jovens atletas são tratados como commodities brutas, extraídos de suas comunidades e de seus clubes formadores ainda

aos 16, 17 anos para alimentar a cadeia de valorização dos superclubes europeus, que extraem o máximo deles e devolvem à seleção brasileira apenas o corpo desgastado, disponível por poucas semanas ao ano – às vezes nem isso.

A seleção brasileira reúne talentos individuais extraordinários, mas já não consegue transformá-los em força coletiva, que só se constrói quando um grupo atua junto, com regularidade, dentro de um projeto esportivo consistente.

Ao mesmo tempo, o futebol brasileiro foi privatizado por dentro com a proliferação das SAFs, que converteram instituições centenárias da cultura popular e operária em propriedade de fundos de investimento estrangeiros e bilionários locais. O clube deixou de ser território de pertencimento popular para virar linha de produção de produtos para o mercado de transferências.

A crise da nossa seleção não é uma crise técnica, de esquema tático ou de escolha de treinador. É a crise de um país inserido de forma subordinada na divisão internacional do trabalho desportivo: colonizado economicamente, roubado do direito de assistir e de praticar seu próprio esporte por dentro.

RESGATAR O FUTEBOL DA DITADURA DO LUCRO

O espetáculo grotesco da Copa de 2026 deixa uma lição central para a classe trabalhadora em escala global: sob o capitalismo, nenhuma esfera da vida humana está a salvo da degradação pelo dinheiro e pelo poder de Estado. O tamanho da

engrenagem financeira que hoje move o futebol mundial já não se mede em bilhões isolados. Envolve dezenas de bilhões só na receita direta da Fifa neste ciclo e mais de um trilhão de euros por ano apenas no mercado global de apostas esportivas, do qual o futebol é o principal combustível.

O jogo que nasceu nas fábricas e nos bairros operários como ferramenta de auto-organização, lazer e identidade popular funciona hoje como gigantesco aparato de acumulação, especulação financeira e propaganda imperialista.

Não basta reformar a Fifa ou trocar seu organograma nem substituir Infantino por outro cartola de terno mais discreto. É preciso destruir a lógica mercantil que hoje pauta inteiramente o esporte. Um futebol livre de verdade, ético e democrático só existirá quando for gerido de forma socialista, sob controle dos trabalhadores do esporte, das comunidades populares que o inventaram e dos torcedores que o sustentam todos os domingos, arrancando a bola das garras predatórias de bilionários como Trump e dos cartéis transnacionais do capital que hoje decidem, por telefone, quem joga e quem fica de fora.■

Na cadeia produtiva do futebol-mercadoria, o Brasil acabou reduzido ao papel de exportador de matéria-prima.

XIV CONGRESSO NACIONAL DO PSTU

Pela construção de um programa para transformar o Brasil



DA REDAÇÃO



XIV Congresso Nacional do PSTU

Entre os dias 2 e 5 de julho, o PSTU realizou, no estado de São Paulo, seu XIV Congresso Nacional. Instância máxima de deliberação do partido, o encontro reuniu delegadas e delegados de todo o país para debater a situação política nacional e internacional, os desafios da luta da classe trabalhadora e, como tema central, a construção de um programa para o Brasil.

O debate é resultado de um processo de elaboração desenvolvido pelo partido em diálogo com as discussões programáticas da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), que nos últimos anos vem promovendo seminários diante das transformações ocorridas no capitalismo mundial e na luta de classes.

No Brasil, o processo envolveu um esforço de estudo e interpretação das mudanças ocorridas nas últimas décadas. A partir dessas discussões, foi elaborado o documento-base da proposta de programa apresentado ao XIV Congresso.

O congresso não votou um programa acabado ou definitivo. A decisão foi manter o documento em aberto, incorporando as contribuições dos debates e dando continuidade à sua construção com o conjunto da militância. A proposta também será debatida com ativistas e movimentos sociais antes de ser submetida a um futuro congresso.

COMPREENDER O BRASIL PARA TRANSFORMÁ-LO

Um programa revolucionário não pode nascer de fórmulas abstratas ou de um esquema ao qual a realidade precise se adaptar. Ao contrário, deve partir do estudo das condições concretas do país, das contradições da sociedade brasileira e da situação da luta de classes.

A proposta articula o estudo da formação histórica do Brasil com uma análise das transformações recentes do país, tendo como referência o marxismo e a teoria da revolução permanente.

Entre os temas analisados estão as mudanças econômicas, em especial a partir da década de 1990, o rebaixamento do Brasil na divisão internacional do trabalho, a desindustrialização e reprimarização da economia, a dependência em relação ao imperialismo e suas consequências para a classe trabalhadora.

A análise também aborda o esgotamento do regime da Nova República, as crises que marcaram o país

nos últimos anos, o crescimento da extrema direita, a tentativa de golpe articulada por setores civis e militares e a necessidade de superação da política de conciliação de classe da esquerda adaptada ao capitalismo.

UM PROGRAMA COMO GUIA PARA A AÇÃO

Partimos da concepção marxista de que um programa deve construir uma compreensão comum dos acontecimentos e, a partir dela, definir as tarefas necessárias para transformar a realidade. Essa perspectiva recupera o método desenvolvido por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista; por Lênin em textos como A catástrofe que nos ameaça, Teses de Abril e O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; e por Leon Trotsky no Programa de Transição, escrito em 1938 para a fundação da Quarta Internacional.

Para Trotsky, um programa revolucionário não deveria ser um exercício teórico separado da luta de classes, mas resultado do balanço das experiências acumuladas e um instrumento capaz de estabelecer uma ponte entre as necessidades concretas das massas e a luta pela transformação socialista da sociedade.

Nesse sentido, a proposta debatida pelo PSTU procura sistematizar tarefas e reivindicações capazes de responder aos problemas do Brasil contemporâneo e contribuir para a mobilização independente da classe trabalhadora e dos setores explorados e oprimidos.

O debate parte da compreensão de que a exploração do trabalho, a desigualdade social, a dependência econômica, as opressões, a destruição

ambiental e a subordinação do país aos interesses imperialistas não podem ser enfrentadas de forma isolada. Por isso, a proposta do PSTU aponta para uma transformação radical da sociedade e coloca no centro a organização e a mobilização da classe trabalhadora.

Responde ao tema da nova desordem mundial construída por Donald Trump. Conecta a luta pela soberania nacional contra o imperialismo à luta contra a burguesia brasileira, sócia do imperialismo. Para solucionar a desigualdade e os problemas estruturais do Brasil, só com enfrentamento ao imperialismo e à burguesia nacional.

É um programa para ajudar na mobilização da classe. Só assim mudaremos as coisas: com luta, independência de classe e auto-organização. Guiados por uma perspectiva estratégica de uma sociedade socialista, na qual aqueles que produzem a riqueza decidam como ela será distribuída e utilizada, de forma planejada, em benefício da maioria da população, da soberania do país, do desenvolvimento social e da preservação do meio ambiente.

ESTUDOS SERÃO PUBLICADOS EM LIVRO

O processo de elaboração programática será colocado à disposição da militância e do ativismo por meio de uma publicação da Editora Sundermann.

O livro reunirá o texto-base da proposta de programa e estudos que fundamentaram sua elaboração. Entre eles, uma análise do Brasil contemporâneo desenvolvida pela direção do PSTU com o Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese).■

EM FAVOR DO AGRONEGÓCIO

Enquanto planeja ajuste fiscal em cima dos pobres, Lula libera plano bilionário



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Anúncio do Plano Safra 2026/27. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

No apagar das luzes de junho, o governo Lula anunciou um novo Plano Safra bilionário para beneficiar o grande agronegócio. O plano, que prevê crédito subsidiado ao setor, será de R\$ 525,1 bilhões, um novo recorde, quase R\$ 10 bilhões a mais que o anterior.

Subsídio bilionário ao grande agronegócio não chega a ser novidade nos governos do PT. Chama a atenção, porém, que menos de uma semana após o anúncio do plano o atual ministro da Fazenda, Dario Durigan, divulgou um “ajuste nas contas públicas” nos próximos anos a fim de enquadrar o orçamento às regras do arcabouço fiscal.

“Eu acho que o Brasil tem que seguir fazendo um esforço fiscal grande, não é pequeno, para limitar o crescimento da dívida no que compete ao Ministério da Fazenda”, afirmou o sucessor de Haddad. Segundo entrevista do ministro de Lula ao G1, entre as medidas estudadas estão a revisão de programas sociais. Já a desindexação do salário mínimo de pensões e aposentadorias, além do piso constitucional da Saúde e Educação serão “debatidos no próximo governo”.

Desindexação é uma palavra bonita para rebaixar aposentadorias e benefícios como o BPC para aquém do salário mínimo. Ou seja, idosos pobres e aposentados, assim como todo o povo pobre que depende dos serviços públicos, custearão, na prática, privilégios bilionários às grandes empresas e multinacionais que controlam o campo e lucram exportando grande parte de sua produção.

POBRES PAGAM AS CONTAS

Na mesma entrevista, Durigan afirmou que as taxas de juros, de 14,25%, são o “grande gargalo” para os investimentos no país. É a maior taxa de juros do mundo. Faltou explicar que quem define os juros é o Banco Central, comandado pelo indicado de Lula, Gabriel Galípolo, há um ano e meio. Quem se lembra da época de Campos Neto, o bolsonarista criticado dia sim, outro também por Lula e o PT por sabotar o país? Pois é, agora a narrativa mudou.

O que ocorre é que o governo mantém os juros na estratosfera enchendo os bolsos de banqueiros e megainvestidores, aumentando a dívida pública e usando como justificativa para os cortes no

Orçamento. Corte seletivo, já que pega só os pobres, não o grande agronegócio. A política do governo Lula, assim, beneficia, numa ponta, os bilionários detentores da dívida e, na outra, na parte dos gastos, o agro e as grandes empresas. Quem paga continua sendo os mais pobres.

ULTRADIREITA

Política econômica do governo Lula alimenta extrema direita

Numa situação de normalidade, a candidatura de Flávio Bolsonaro já teria sido pulverizada. No entanto, após sucessivos escândalos, contando com áudio pedindo dinheiro para banqueiro bandido, o impacto nas pesquisas foi ínfimo. A aprovação de Lula, por sua vez, permanece nas alturas.

Além disso, a pré-candidatura de Renan Santos, do MBL, avança como possível terceira via, unindo um liberalismo ultrarradical à la Milei com um discurso fascistoide à la Bukele. Com o lema "prende, matou", Renan alcança 38% das intenções de voto entre os mais jovens, na faixa entre 16 e 24 anos. Seu programa prega mais Estado para chacinar pretos e pobres e menos Estado para atender a população, com a privatização de serviços básicos, como saúde e educação.

A extrema direita tem entrada na juventude e peso de massa porque é percebida por um setor significativo da população como alternativa à atual situação do país. Não é difícil entender a razão. Para além dos números oficiais, o que temos é uma brutal corrosão da renda, precarização e

superexploração, além da destruição dos serviços públicos. Um processo diretamente ligado ao retrocesso do país, cuja política do governo Lula só acelera. O Plano Safra é um exemplo disso, um desvio bilionário que aprofunda a reprimarização do país ao financiar a produção de commodities, de baixo valor agregado, na esteira do rebaixamento do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Não tem programa eleitoral que reverta esse processo. O Desenrola, por exemplo, traz um alívio momentâneo às famílias por alguns meses, mas essas mesmas famílias continuarão se endividando, porque a renda míngua, e a inflação só cresce. Reflexo de um problema estrutural aprofundado pela política do governo Lula, que deixa rolar juros estratosféricos pelos bancos.

Na prática, a política econômica do governo Lula perpetua e aprofunda esse mesmo processo que sustenta a extrema direita. Com ou sem Bolsonaro.



Pré-candidato à Presidência Renan Santos. Foto: Divulgação

PARA RELEMBRAR

O que é o arcabouço fiscal?

Elaborado pelo governo Lula, ele substituiu o teto de gastos do governo Temer, com o mesmo objetivo: cortar das áreas sociais para remunerar juros aos banqueiros.

O arcabouço limita os gastos públicos a 70% do aumento das receitas. Mesmo assim, num cenário hipotético (e impossível) de uma explosão das receitas, ele restringe o aumento real dos investimentos a apenas 2,5%. O salário mínimo também entrou nesse teto. Os gastos com juros da dívida, é claro, não entram nessa conta. ■

Lula em entrega do projeto do arcabouço fiscal ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rego (MDB-PB). Foto: Diogo Zacarias/ Ministério da Fazenda | 2023



ENTREGUISMO

Flávio Bolsonaro pede interferência de Trump nas eleições

Antes, candidato do bolsonarismo havia prometido aos EUA colocar uma “equipe de transição” à disposição dos EUA



**DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**



Flávio Bolsonaro em visita a Donald Trump em Washington. Foto: reprodução

Enquanto fechávamos esta edição, acabava de ser realizada em Washington uma audiência pública do Escritório do Comércio dos EUA para tratar do tarifaço imposto contra o Brasil. Se a tarifa já é um ataque arbitrário, de caráter imperialista, essa reunião por si só escancara como o governo estadunidense age como dono do mundo e trata o Brasil, dentro da doutrina “Donroe”, como seu quintal.

Durante todo um dia, discutiram políticas internas do Brasil como se fossem de sua alçada. Um técnico do Tesouro estadunidense chegou a questionar como seu país “pode tirar proveito do

Pix". Se esse cenário já não fosse absurdo, o pré-candidato da extrema direita, Flávio Bolsonaro, protagonizou um dos maiores vexames da história, praticamente implorando pela intervenção de Trump nas eleições brasileiras.

Ao contrário dos representantes da também subserviente burguesia nacional prejudicados pelo tarifaço, o "01" não pediu o fim das taxações. Sugeriu apenas o seu adiamento por 180 dias, até as eleições. Ou seja, Flávio Bolsonaro pediu que Trump mantenha a taxaço como uma ameaça aos brasileiros: votem no meu candidato ou eu taxo vocês.

ENTREGUISMO SEM PRECEDENTES

O pré-candidato bolsonarista apenas reafirmou pessoalmente o que já havia sugerido por carta ao governo Trump. Restringir o Pix ao Ocidente, ou seja, barrando o meio de pagamento a países de fora da zona direta de influência dos EUA.

Também prometeu entregar as terras raras aos EUA e colocou a perspectiva de uma eventual maioria bolsonarista no Senado. Para fazer o que? Pressionar e cassar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para abrir caminho à livre atuação das big techs por aqui, acima de qualquer lei do país.

Se tudo isso já não fosse motivo para prender esse agente declarado dos interesses dos EUA por traição, a revelação de que Flávio Bolsonaro prometeu colocar à disposição de Trump uma equipe de transição assim que eleito deixou explícito que seu projeto é simplesmente entregar a administração do Brasil ao imperialismo estadunidense, sem mediação. Isso foi

descoberto quase por acaso, em carta do Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, na qual o representante da ala mais extremista do trumpismo agradece a "oferta generosa de colocar uma equipe de transição à nossa disposição caso seja eleito".

Esse escândalo muito provavelmente não tem precedentes na história do Brasil pós-independência. Durante 500 anos, o país se manteve dependente e subserviente às grandes potências. Mas não há notícias de um político, por mais sabujo que fosse, que oferecesse diretamente a administração do Estado ao imperialismo de turno.

LULA TENTA SE APROVEITAR DE DESGASTE, MAS NÃO ENFRENTA TRUMP

Lula tenta se aproveitar da situação, defendendo a soberania no discurso, mas também entregando o país na prática. Nega-se a aplicar qualquer reciprocidade e aposta nas negociações junto à burguesia nacional subserviente, cedendo aqui e ali para baixar as taxas. Exemplo disso é o mercado de etanol, no qual o agro defende uma parceria com os EUA.

O recente acordo firmado pelo Mercosul com a União Europeia, os benefícios à entrada do capital chinês e a rejeição de construir a Terrabras, uma estatal para gerir as terras raras, mostram que a política do governo passa longe de qualquer defesa real da soberania. Enquanto a extrema direita defende abertamente entregar o Brasil aos EUA, o governo Lula mantém uma política também entreguista, mas aberta aos demais imperialismos, em que quem pagar mais leva.

CASO DE FAMÍLIA

Disputa com Michelle Bolsonaro aprofunda crise e expõe misoginia da extrema direita

Para coroar a série de revezes do bolsonarismo, a disputa aberta por Michelle Bolsonaro aprofundou a crise na pré-candidatura de Flávio Bolsonaro. O vídeo divulgado pela ex-primeira dama expôs uma briga fratricida pelo espólio da extrema direita.

A reação da base bolsonarista expôs a mais abjeta misoginia da extrema direita. Paulo Figueiredo, o “jornalista” que assessora Eduardo Bolsonaro em seu périplo contra o Brasil nos EUA afirmou que “mulheres votam mal”. “Mulher vota estatisticamente mal, principalmente as solteiras, as casadas costumam acompanhar o marido”, declarou. Ameaças de morte e violação pipocaram contra Michelle e aliadas, até mesmo contra Damares Alves, tachadas ironicamente de “feministas e marxistas”.

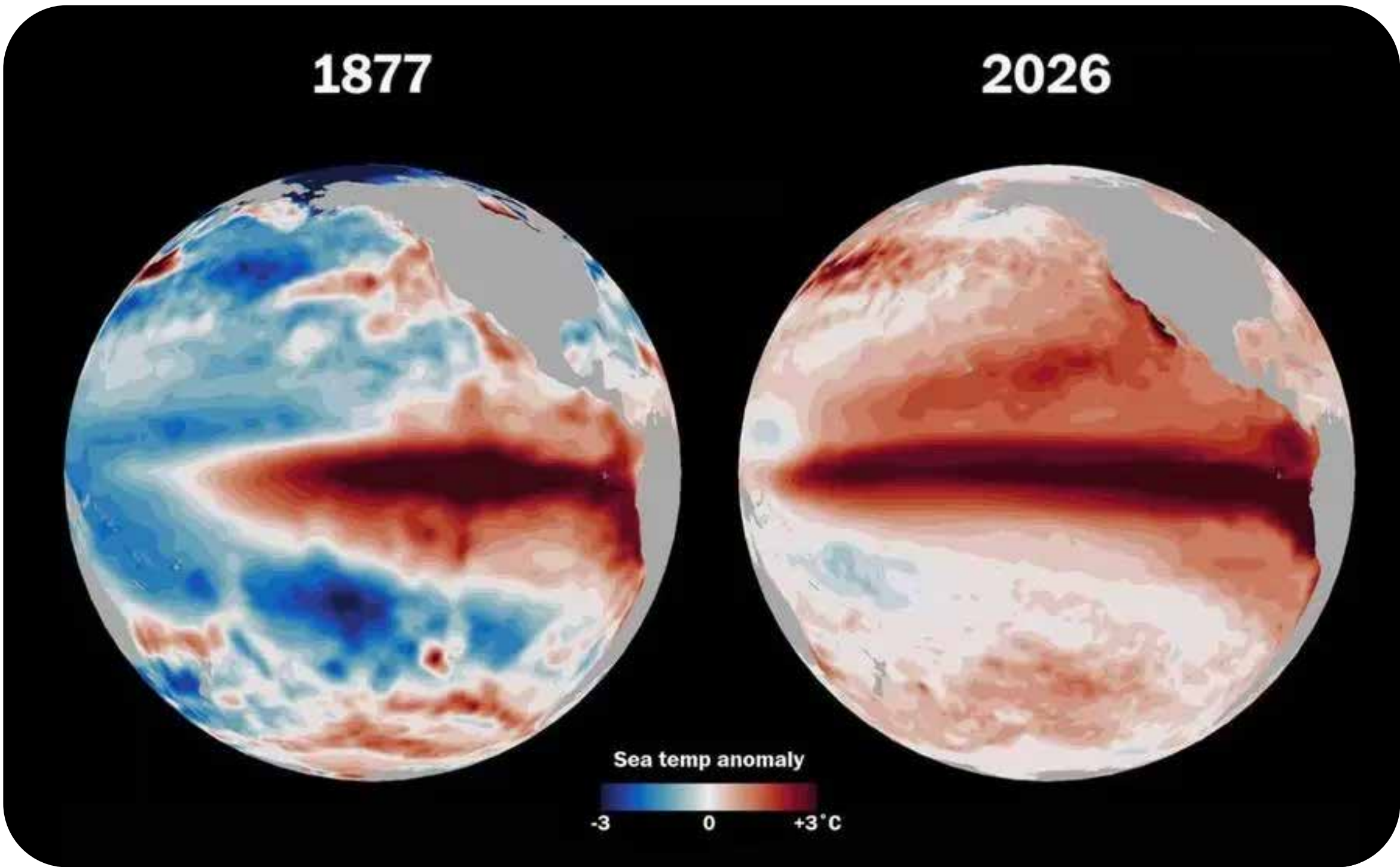
Não se sabe exatamente a razão dessa escalada. Pode ser uma tentativa, com o aval de Jair Bolsonaro, de se descolar de Flávio diante de novas revelações envolvendo o Banco Master ou uma manobra para se projetar como uma representante mais viável da extrema direita. Fato é que Michelle não representa nada de diferente do restante do bolsonarismo: um projeto autoritário, entreguista, embalado no mais reacionário fundamentalismo. ■

A disputa aberta por Michelle Bolsonaro aprofundou a crise na pré-candidatura de Flávio Bolsonaro.

ALERTA GERAL

Por que devemos nos preocupar com o super El Niño?

 JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO



Diferença entre o aquecimento do Pacífico no El Niño de 1877 e 2026

Agências climáticas de todo o mundo já confirmaram que um El Niño está se formando e ganhando força rapidamente no Oceano Pacífico. O fenômeno deve atingir nível forte entre julho e setembro e elevar o risco de ondas de calor, secas e chuvas extremas em diversas regiões do planeta. A Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência climática da ONU, já emitiu um alerta global sobre a rápida intensificação do El Niño.

Trata-se de um evento climático produzido pelo aquecimento das águas equatoriais do Pacífico e ocorre em ciclos de dois a sete anos. O fenômeno altera a circulação atmosférica, e seus efeitos são sentidos em todo o planeta.

Dessa vez, os cientistas falam sobre um “super El Niño”, o mais forte desde 1877. Naquele ano, o fenômeno desencadeou enormes secas que resultaram em quebras de safras e fome de milhões de pessoas. Agora, a força do El Niño é resultado do aquecimento global provocado pela emissão dos gases de efeito estufa (GEE) lançados na atmosfera, sobretudo pela queima dos combustíveis fósseis, como petróleo, gás e carvão. É por causa do aquecimento global que os anos de 2023, 2024 e 2025 foram os mais quentes já registrados.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DESSA TRAGÉDIA ANUNCIADA?

Uma forma de antecipar o que pode estar por vir é observando os impactos do último El Niño, entre 2023 e 2024, que provocou eventos climáticos extremos e catástrofes em diversas partes do mundo.

Na América do Norte, ondas de calor intensas contribuíram para os maiores incêndios florestais da história recente. No Quênia, enchentes devastadoras afetaram mais de 412 mil pessoas. Já na Índia, sucessivas ondas de calor fizeram com que diversas cidades registrassem temperaturas superiores a 50°C, resultando em milhares de mortes.

No que se refere ao território brasileiro, sabe-se que o El Niño, em geral, provoca aumento das chuvas na região Sul, secas prolongadas no Norte e Nordeste e a intensificação de chuvas extremas e ondas de calor no Sudeste. Basta lembrar as consequências do último episódio. Nesse período, o país enfrentou as enchentes devastadoras no

Rio Grande do Sul, em maio de 2024, e a maior seca já registrada em sua história. A estiagem extrema favoreceu o avanço das queimadas, muitas delas provocadas pela ação de fazendeiros ligados ao agronegócio, que aproveitaram as condições climáticas para expandir o uso do fogo sobre áreas de floresta. O resultado foi uma temporada de incêndios sem precedentes na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica, cuja fumaça se espalhou por extensas áreas urbanas e agrícolas, em especial no Sudeste.

Além disso, ocorreram fortes tempestades que levaram aos trágicos deslizamentos de encostas em São Sebastião e nas serras do Espírito Santo. Também se registraram intensas ondas de calor e explodiram epidemias de arboviroses, como a dengue.

EUROPA JÁ SENTE EFEITOS

Um super El Niño poderá ter consequências ainda muito mais catastróficas. Ondas de calor já estão matando milhares de pessoas na Europa. Enormes incêndios florestais, colapsos energéticos e a intensificação do calor extremo também são esperados para o verão europeu que começou há poucas semanas.

O El Niño é provocado pelo aquecimento das águas equatoriais do Pacífico e ocorre em ciclos de dois a sete anos

ACELERANDO A CATÁSTROFE

A decisão do capital é a barbárie climática

O fato é que o capitalismo não pode impedir a catástrofe que ele mesmo começou. Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado em novembro de 2025, reforça o avanço acelerado da crise climática e o fracasso iminente das metas estabelecidas no Acordo de Paris. Segundo o documento, mesmo que todos os compromissos atualmente assumidos pelos países sejam cumpridos na íntegra, a temperatura média global deve aumentar entre 2,5°C e 2,9°C até o fim do século.

Diante desse cenário, cruzaríamos vários pontos de não retorno, tornando o aquecimento global incontrollável. Um mundo acima de 2°C seria varrido por pandemias, teria cidades costeiras destruídas, florestas colapsadas e extensas áreas continentais impossíveis de serem habitadas devido ao calor extremo. Uma dessas regiões seria justamente Belém, sede da COP30. Há projeções científicas indicando que a cidade pode se tornar inabitável em 2070 caso seja ultrapassada a barreira dos 2°C.

As projeções se tornam ainda mais alarmantes quando se observa a trajetória atual das emissões. De acordo com o documento, as chances de limitar o aquecimento a 1,5°C já são nulas, e a probabilidade de mantê-lo abaixo de 2°C cai para apenas 8% se o mundo continuar no ritmo atual de mitigação.

Mesmo no cenário mais otimista, isto é, adotando plenamente as metas climáticas oferecidas até agora pelos países, a perspectiva não é animadora: as chances de estabilizar o aquecimento em 2°C até 2050 sobem para apenas 25%, um alerta contundente sobre a insuficiência das promessas e a urgência de ações mais profundas e imediatas.

A janela para evitar os piores cenários está se fechando rápido, enquanto governos seguem distantes das medidas necessárias e planejam explorar ainda mais petróleo até a próxima década.

Em outras palavras, a decisão já está tomada: os chefes do imperialismo e os grandes capitalistas não evitarão a barbárie climática, mesmo que isso custe o extermínio de boa parte da humanidade. Só a superação do capitalismo e o controle social da produção poderá evitar o pior.

SUPER EL NIÑO E O COLAPSO CLIMÁTICO

Quando natureza e imperialismo se encontraram

O El Niño é um evento climático que ocorre há milhares de anos, mas a ciência só começou a conhecer melhor o fenômeno a partir dos anos 1960. O maior e mais devastador El Niño de que se tem notícia ocorreu em 1877 e desencadeou uma fome global que resultou na morte de 30 milhões a 50 milhões de pessoas, sobretudo na Índia, China e África.

No entanto, essa catástrofe foi ampliada pelo avanço do imperialismo colonial sobre esses países, que destruiu os sistemas de prevenção e combate à fome, como os estoques de alimentos.

CENÁRIO ATUAL

Mais de um século depois nos deparamos com a possibilidade de um super El Niño talvez ainda mais intenso. Sua força se combina agora com o aquecimento global produzido pelo capitalismo fóssil. É um mundo onde grande parte da humanidade vive de modo precário em grandes metrópoles, onde guerras e genocídios se multiplicam e as grandes potências disputam territórios, recursos energéticos e minerais, reatualizando os antigos dispositivos de dominação colonial no marco de um capitalismo decadente.

GOVERNO LULA

Prevenção zero e bilhões aos inimigos do clima

A submissão do Brasil ao capital financeiro internacional se expressa na austeridade fiscal e na redução do orçamento para as políticas de prevenção a desastres naturais. Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que, entre 2012 e 2026, os sucessivos governos empenharam R\$ 24,36 bilhões em ações de resposta e reconstrução, quase três vezes mais que os R\$ 9,62 bilhões destinados à prevenção. A diferença é ainda maior na execução dos recursos: foram pagos R\$ 21,54 bilhões para

resposta e reconstrução contra apenas R\$ 6,8 bilhões para obras preventivas.

FRAGILIDADE DOS MUNICÍPIOS

Esse descompasso entre o investimento em reação e em planejamento se reflete de forma dramática na estrutura dos municípios brasileiros. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), 68% das cidades não possuem mapeamento de áreas de risco, 57% não contam com sistemas de alerta, 44% não têm equipes de monitoramento e 46% não dispõem de profissionais capacitados para atuar na prevenção de desastres.

Fica evidente que o Estado brasileiro permanece atuando de forma predominantemente emergencial, priorizando a reconstrução após as tragédias em vez de fortalecer políticas permanentes de prevenção, adaptação climática e redução dos riscos socioambientais.

FINANCIAMENTO DA DEVASTAÇÃO

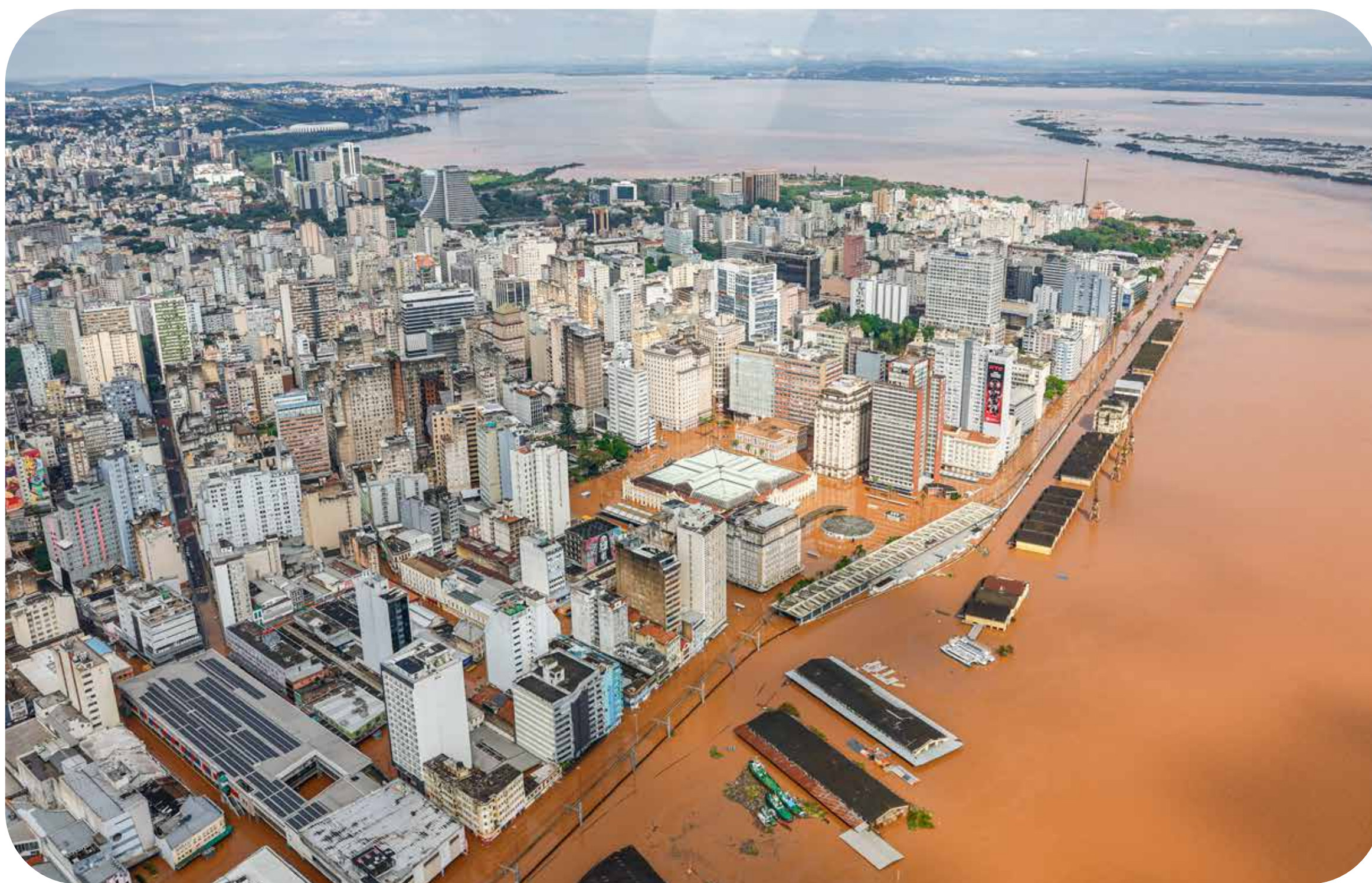
Se a base municipal já demonstra enorme fragilidade, as políticas federais agravam ainda mais esse quadro. Além do desmonte da prevenção, o governo federal anunciou R\$ 525 bilhões para o agronegócio em crédito rural subsidiado (Plano Safra), dinheiro que, como sempre, vai financiar a expansão da fronteira agrícola sobre os biomas do país.

A força da bancada ruralista não caiu do céu. Foi alimentada por dinheiro público.

O CONGRESSO E RETROCESSOS AMBIENTAIS

Em contrapartida a esse financiamento, o Congresso Nacional tem atuado como um

verdadeiro inimigo do povo e do meio ambiente. Aprovou a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021), batizada por movimentos sociais de PL da Devastação, o maior retrocesso regulatório ambiental do Brasil em quatro décadas.



Enchente atinge Porto Alegre (RS) em 2024. Foto Ricardo Stuckert/PR

HORA DE AGIR

Por um plano popular de emergência

Diante da catástrofe que o El Niño e os eventos climáticos extremos podem provocar, o tempo para agir é agora. Não bastam promessas. É preciso lutar e exigir medidas efetivas de prevenção e adaptação, que comecem pelo fim da austeridade fiscal que estrangula os investimentos públicos e impede a construção de uma política séria de proteção às populações mais vulneráveis.

Um plano emergencial verdadeiro não pode ser feito de cima para baixo, alheio à realidade de

quem mais sofre. Ele precisa ser construído com participação popular e envolver os sujeitos que estão mais vulneráveis à catástrofe.



Fonte: Reprodução

O primeiro passo é levar essa discussão para os movimentos sociais, para as organizações de moradia, para as lutas por território e para os sindicatos dos trabalhadores. É ali, na base, que estão aqueles que enfrentam diariamente as condições de vulnerabilidade que a crise climática só tende a agravar: periferias das grandes cidades e territórios sitiados pelo agronegócio.■

**Assista ao episódio do canal
Ecologia Marxista: O El Niño que
matou 30 milhões – clima, fome
e imperialismo**

[CLIQUE AQUI](#)

JULHO DAS PRETAS

Romper as engrenagens capitalistas para a emancipação da mulher negra trabalhadora



WELL MACÊDO,
DA SECRETARIA NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU



Marcha das Mulheres Negras em Belém - PA. Foto: Arquivo PSTU-PA

Estamos no Julho das Pretas, também conhecido como Julho Negro. O próximo dia 25 é uma data importante para as mulheres negras da América Latina e do Caribe. É o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. No Brasil, também é o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra Brasileira.

A data existe internacionalmente desde 1992, a partir de um encontro de mulheres negras realizado na República Dominicana, que debateu a luta contra o racismo e o machismo. No Brasil, desde 2014 homenageia a líder quilombola Tereza de Benguela, que comandou o Quilombo do Quariterê, no Mato Grosso. Tereza tornou-se símbolo de resistência e

referência da luta das mulheres negras que, durante o período colonial, lutaram pela liberdade e contra a escravização de seus corpos.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

A história oficial branca, burguesa e elitista invisibilizou durante anos a luta das mulheres negras, como se sua história começasse na escravidão e fosse pautada por subalternidade e serventia. Não foi assim. Mulheres negras, principalmente as ligadas aos setores mais oprimidos da classe, sempre lutaram contra seus algozes e opressores.

De Dandara dos Palmares, liderança com papel decisivo na organização do quilombo, passando por Tereza, a Rainha Tereza, que liderou sua comunidade e organizou uma estrutura política, econômica e militar, tivemos outras figuras marcantes: Maria Felipa, heroína da Independência na Bahia; María Remedios del Valle, a Mãe da Pátria Argentina; Sanité Belair, tenente e revolucionária haitiana; e Argelia Laya, guerrilheira e educadora venezuelana.

Há inúmeros relatos de mulheres negras revolucionárias que lutaram contra a opressão e a tirania e pela independência de seus povos. Isso demonstra que a mulher negra não nasceu para ser escrava nem para servir a ninguém. Essa é uma construção ideológica da classe dominante, que sempre utilizou o machismo, o racismo e a lgbtifobia como armas para oprimir e explorar.

A CARNE MAIS BARATA NO MERCADO É A CARNE DA MULHER NEGRA

Lélia Gonzalez, ativista e intelectual negra, dizia que

a mulher negra é o foco das desigualdades sociais e dos estereótipos construídos ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista. Por isso, em pleno século XXI, a realidade das mulheres negras no Brasil é marcada por contradições e violência.

Se por um lado mulheres negras ocuparam espaços de poder e se tornaram protagonistas de novelas no horário nobre, por outro aumentaram a violência capitalista e a reação racista, machista e lgbtifóbica contra essas pequenas, mas importantes, conquistas.

As mulheres negras representam 67% das vítimas de assassinato, 62% das vítimas de violência sexual e 65% das vítimas de violência doméstica.

No mercado de trabalho, as desigualdades permanecem. As mulheres negras ganham cerca de 50% menos que os homens brancos, possuem taxas de desemprego mais elevadas e estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico.

Trabalhadoras domésticas ainda são submetidas a condições de trabalho análogas à escravidão. Este mês, no Ceará, uma trabalhadora de 62 anos foi resgatada após trabalhar durante 55 anos para uma família sem remuneração. Uma demonstração de como a mulher negra pobre ainda é desumanizada na sociedade capitalista.

MARCHAR PARA ROMPER COM AS ENGRENAGENS DO SISTEMA QUE NOS OPRIME E NOS EXPLORA

Em várias cidades brasileiras, no dia 25 de julho, ocorrerão Marchas das Mulheres Negras para exigir reparações e bem viver, reivindicar direitos e celebrar a ancestralidade.

Achamos correta a realização das marchas. O PSTU vai participar. Contudo, é preciso chamar as organizações de mulheres negras que constroem essas mobilizações a fortalecer a unidade das mulheres negras trabalhadoras com o conjunto da classe e os demais setores oprimidos para lutar contra o racismo e todas as formas de opressão e exploração.

A opressão racial, machista e lgbtifóbica divide a classe trabalhadora. É preciso construir as Marchas das Mulheres Negras com independência de classe diante dos governos e patrões. É necessário exigir do governo Lula o fim do arcabouço fiscal, que corta verbas dos ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial, afetando políticas públicas voltadas às mulheres negras pobres.

Também é necessário enfrentar a extrema direita bolsonarista, racista, misógina e lgbtifóbica, bem como o elitismo da direita liberal burguesa, representada por comunicadores como Luciano Huck, que ataca mães solo usuárias do Bolsa Família.

A luta no Julho das Pretas deve ter como perspectiva a emancipação da mulher negra trabalhadora das amarras da opressão e da exploração. Essa luta é parte inseparável do combate pela libertação do conjunto da classe trabalhadora e pelo rompimento das engrenagens do capitalismo.

Seguiremos em luta e em marcha neste 25 de julho e todos os dias, honrando a memória de Tereza de Benguela e de tantas outras mulheres negras que vieram antes de nós e lutaram por nós! ■

AGRESSÃO RUSSA

Ucrânia: momento de virada?



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)



Fonte: Ministério da Defesa da Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão em larga escala com o objetivo de tomar o território ucraniano do Donbass e impôr um governo fantoche ao país, anulando a nacionalidade e a cultura ucranianas. Esse plano do ditador russo Vladimir Putin fracassou devido à resistência operária e popular ucraniana.

Com a eleição de Donald Trump, Putin conseguiu um poderoso apoiador para impor à Ucrânia, na mesa de negociações, uma capitulação que ele não conseguiu conquistar na frente de batalha. Desde então, o avanço militar russo, ainda que lento, se somava à intensa pressão estadunidense contra a Ucrânia.

O ponto alto foi a reunião entre Putin e Trump no Alasca em 15 de agosto de 2025 quando Trump assumiu todas as exigências de Putin: a concessão

de mais territórios além dos 20% ocupados de forma ilegal pelas tropas russas, o reconhecimento da Crimeia como território russo, limitações às forças armadas ucranianas etc.

A NOVA INDÚSTRIA MILITAR UCRANIANA

Simultaneamente ao corte da ajuda financeira e militar estadunidense, desenvolveu-se uma indústria militar ucraniana de baixo custo baseada em uma variedade de drones (interceptadores, de vigilância, para ataques individuais, marítimos), além de drones e mísseis de média e longa distância. Hoje a Ucrânia produz, em solo nacional, 70% de todos os equipamentos militares que utiliza.

A Ucrânia conseguiu, assim, congelar os avanços militares russos na frente de batalha, afastar toda a marinha russa da costa ucraniana e levar a guerra para dentro do território russo, atingindo com força a infraestrutura militar e petrolífera russa.

Há meses as forças armadas russas sofrem, em média, mais de mil baixas por dia (um quarto das quais são mortes). Neste momento, as baixas superam o recrutamento de novos soldados, o que pode obrigar a Rússia a impôr um impopular alistamento militar obrigatório, ou a aumentar as indenizações para novos recrutas, ou trazer tropas estrangeiras. As baixas ucranianas são cerca de metade das russas.

Além disso, ataques espetaculares de grande visibilidade em Moscou e São Petersburgo contra várias refinarias, incluindo uma em Omsk (a 1.500 km de distância), e contra as linhas de suprimento das tropas russas levou a uma inflação alta e uma crise de abastecimento de combustíveis,

em particular na Crimeia. Essa situação mudou o humor da população russa sobre a guerra, o que deve se refletir nas eleições de outubro.

As mudanças na dinâmica da guerra são positivas mas ainda insuficientes para garantir uma vitória ucraniana. Além disso, Putin aproveita seu poderio militar superior para atingir de forma covarde as áreas civis das principais cidades ucranianas, impondo muito sofrimento à população visando quebrar sua moral de luta.

Há meses as tropas russas sofrem mil baixas por dia, o dobro das baixas ucranianas

Debilitamento de Trump atrapalha planos de Putin

O fracasso da agressão militar estadunidense-israelense contra o Irã debilitou a capacidade militar e a credibilidade de Trump. Além disso, o fim do apoio financeiro e militar estadunidense à Ucrânia reduziu sua capacidade de influir na guerra. A proposta de Putin-Trump de capitulação da Ucrânia definida no Alasca evaporou.

Ganhou força o imperialismo europeu, que votou um empréstimo para a Ucrânia de 90 bilhões de euros em três anos, principalmente para a indústria militar ucraniana, de cujos avanços os governos europeus querem se apropriar. Mas é sempre importante ter em mente que, em três anos de agressão russa, as potências europeias nunca tiveram como objetivo

uma derrota militar russa, mas sim um cessar-fogo com a partição da Ucrânia.

A única forma de expulsar as tropas russas de todo o seu território é desenvolvendo um esforço de guerra coerente que fortaleça a indústria militar nacional e garanta os meios de sobrevivência da classe trabalhadora ucraniana.

Um grande obstáculo é a velha oligarquia ucraniana, formada a partir do roubo das propriedades públicas nos anos 1980 e 1990, e a nova oligarquia ao redor do governo Zelensky, formada principalmente a partir dos negócios da guerra. O objetivo da oligarquia é ter lucro. Por isso, envolve-se em uma série de casos de corrupção.

Outro obstáculo são as políticas antipopulares como a reforma trabalhista que precariza os direitos da classe trabalhadora, o aumento da tarifa de transporte público em Kyiv de 8 para 30 hrivnas ou o novo código civil que restringe os direitos das mulheres e da comunidade LGBTI+. Essas medidas empurram a maioria da população para a pobreza, enfraquecendo o esforço de guerra.

Somente a classe trabalhadora pode conduzir a resistência ucraniana à vitória contra o imperialismo russo, vitória esta que é muito importante não apenas para o povo ucraniano mas também para dezenas de nacionalidades oprimidas por Moscou e para a própria classe trabalhadora russa que, ao se livrar de Putin e da oligarquia russa, poderá decidir seu destino em liberdade. ■

BRASIL

O PSOL diante de uma grande contradição

A denúncia de Érika Hilton e o novo momento da crise do PSol



JOANA SALAY,
DE SÃO PAULO (SP)



Érika Hilton e Guilherme Boulos. Fonte: reprodução

A nova crise no PSOL veio à tona quando a deputada federal Erika Hilton acusou o PSOL de descumprir acordos e privilegiar candidaturas brancas e cis na distribuição do fundo eleitoral.

A polêmica envolveu a destinação de recursos para nomes como Juliano Medeiros, presidente da Federação PSOL-Rede, e Manuela D'Ávila, recém-chegada ao partido e pré-candidata ao Senado pelo Rio Grande do Sul. A direção do PSOL respondeu afirmando que Erika teria a maior verba entre as candidaturas proporcionais do partido, cerca de R\$ 2,3 milhões, valor superior ao destinado a outras candidaturas à Câmara.

A denúncia de Erika toca em um problema real. O

sistema eleitoral brasileiro reproduz desigualdades profundas, e essas desigualdades também aparecem dentro dos partidos. Candidaturas negras, LGBTI+, periféricas e sem grandes estruturas enfrentam obstáculos maiores para se viabilizar.

No entanto, a polêmica não pode ser vista apenas como uma disputa sobre quem recebeu mais ou menos recursos. Ela expressa uma crise política mais profunda no PSOL. O que Erika Hilton omite é sua provável saída para o PT. Nesse contexto, é compreensível que a direção do partido busque fortalecer candidaturas que pretendem permanecer no PSOL.

A CRISE ANTERIOR DO PSOL NÃO RESOLVEU A CONTRADIÇÃO DE FUNDO

A briga atual não surgiu do nada. Ela é continuação da crise anterior em torno da possibilidade de federação com o PT. Naquele momento, o PSOL viveu uma disputa pública sobre qual deveria ser sua relação com o lulismo. O desfecho foi um acordo organizado a partir de uma preocupação essencialmente eleitoral, onde todos ficariam no PSOL e na federação com a Rede, pelo menos por enquanto. Por isso, o acordo não poderia resolver a essência da crise.

O PSOL segue dividido entre setores que querem se integrar de forma mais direta ao PT, como Erika Hilton, Guilherme Boulos e seu grupo, Revolução Solidária, e setores que são contra a federação ou integração completa ao PT. Mesmo estes setores, porém, não rompem com a frente ampla. Recusam a federação com o PT, mas preservam a política de apoio à reeleição de Lula e a adaptação ao campo governista.

Essa é a grande contradição que atravessa o partido. O PSOL nasceu reivindicando independência em relação ao PT, mas hoje atua cada vez mais condicionado pela relação com o governo Lula.

IMPASSE

Esquerda do PSOL tenta conciliar independência com campanha para Lula

A esquerda do PSOL tenta responder à crise apresentando o partido como uma ferramenta ainda em disputa. O artigo de Israel Dutra, do MES, "O PSOL diante de um grande desafio", afirma que o PSOL saiu mais forte da crise, recusou a federação com o PT e pode ampliar sua bancada, construir uma esquerda independente e anticapitalista e, ao mesmo tempo, apoiar a reeleição de Lula.

Essa posição expressa bem os limites da esquerda do partido, porque mantém a orientação de subordinar a ação eleitoral do PSOL à campanha de Lula. Porém construir uma alternativa independente exige enfrentar o governo Lula de conjunto, não apenas nos seus momentos "maus". A aplicação do arcabouço fiscal, preservação da política econômica dos banqueiros, manutenção das alianças com setores do centrão e da extrema direita do agronegócio e grandes empresários são fruto de um mesmo projeto.

Em São Paulo, essa contradição aparece na composição do PSOL com a chapa de Fernando

Haddad, Márcio França, Simone Tebet e Marina Silva, sem nenhum questionamento por parte do MES. A defesa de uma unidade da esquerda radical baseada na adaptação ao governo Lula desarma a esquerda diante das causas sociais que alimentam a extrema direita.

Por isso, a correta crítica da maioria do PSOL a Erika Hilton e Boulos por escolherem ir ao PT fica incompleta por manterem um projeto atrelado ao petismo. O problema de fundo está no projeto. Para enfrentar a extrema direita e os governos dos ricos, é preciso construir uma alternativa de oposição de esquerda ao governo, independente, socialista e enraizada nas lutas da classe trabalhadora.



Fonte: reprodução

INJUSTIÇA

O fundo eleitoral revela a desigualdade do regime

A nova crise do PSOL tem outra questão de fundo: o próprio sistema eleitoral profundamente

desigual. O fundo eleitoral chegou a R\$ 4,9 bilhões, e, na prática, quem já tem bancada, estrutura e poder institucional recebe mais recursos para preservar e ampliar sua presença eleitoral.

Defendemos o financiamento público de campanha, mas sem a drenagem absurda de R\$ 4,9 bilhões dos cofres públicos. Além da redução do valor total, ele deve servir para garantir condições iguais, e não para ampliar a vantagem dos grandes partidos. Por isso, deveria ser distribuído de forma igualitária entre as legendas. Esse sistema fortalece os partidos da burguesia, que já contam com grandes doadores e estrutura institucional. Já partidos financiados pela classe trabalhadora, como o PSTU, precisam fazer campanhas apoiadas em contribuições de trabalhadores em todo o país. ■



Érika Hilton e Guilherme Boulos. Fonte: reprodução

BRASIL

Não há esquerda radical sem ser oposição de esquerda ao governo Lula



JOANA SALAY,
DE SÃO PAULO (SP)



Integrantes da bancada Esquerda Radical: Fernanda Melchionna, Fábio Felix, Glauber Braga, Jones Manoel, Renato Freitas, Vivi Reis e Sâmia Bomfim

A chamada Bancada da Esquerda Radical reúne parlamentares e pré-candidaturas do PSOL e do PT em torno de um manifesto com dez medidas programáticas. Em geral, são bandeiras corretas que setores da esquerda já defendem e devem seguir defendendo. O mérito da iniciativa é divulgar o debate de programa numa esquerda que evita esse terreno. O problema começa quando esse manifesto é apresentado como suficiente para construir uma esquerda radical. Não é.

Um programa pode ter medidas progressivas e ainda assim não ser um programa de ruptura. A questão

decisiva não é só o que se defende no papel, mas quem vai aplicar, contra quem e apoiado em que força social. Se a própria bancada diz que é na economia que se revelam os compromissos políticos reais, então é preciso admitir que o centro da política econômica burguesa hoje está no governo Lula. Quem aplica o arcabouço fiscal? Quem mantém ministérios na mão da direita, Alckmin na vice, o apoio ao centrão no Congresso e os banqueiros satisfeitos? O mesmo governo que a bancada integra ou apoia desde o primeiro turno.

MEDIDA POR MEDIDA, O MESMO LIMITE

Reestatizar a Eletrobras e as refinarias é correto. Mas reestatizar sob controle de quem? Com ou sem indenização? Para colocar esses setores a serviço da classe trabalhadora ou para reconstruir estatais que sigam funcionando segundo os interesses do mercado?

O mesmo vale para um “Regime de Planejamento Orçamentário”. Planejar a economia é necessário, mas planejamento para quem? Um programa radical precisa partir das necessidades da classe trabalhadora: emprego, salário, moradia, saúde, educação, transporte, aposentadoria, comida barata e direitos. Ou o planejamento se apoia na mobilização dos trabalhadores para expropriar os monopólios e colocar os setores estratégicos sob controle da classe trabalhadora ou será limitado pelo mercado, pela dívida pública, pelo Banco Central e pela chantagem imperialista.

Por isso, o problema do programa da bancada não é apenas a ausência de uma ou outra medida. Não negamos a luta por reformas; ao contrário, partimos das reivindicações mais imediatas e sentidas pela classe trabalhadora. Mas é preciso dar a elas um eixo

de classe. Falta dizer que essas reivindicações só podem ser levadas até o fim se estiverem ligadas a um programa da classe trabalhadora contra os capitalistas, contra o imperialismo e contra o governo que administra essa ordem.

MAIS UMA VEZ SOBRE O COMBATE À EXTREMA DIREITA E A VIABILIDADE ELEITORAL

Diante da ameaça bolsonarista, romper com o governo fortaleceria a extrema direita? Não. Unidade de ação contra um ataque concreto, um golpe, a retirada de direitos ou o avanço da extrema direita não exige subordinação política a um governo burguês. Uma coisa é unidade para lutar contra a extrema direita ou contra uma medida do governo. Outra é uma frente política e eleitoral com setores que sustentam e compõem o governo.

É preciso reconhecer que uma via independente tem baixa viabilidade eleitoral hoje e enfrenta o bloqueio do fundo eleitoral, do tempo de TV e das grandes legendas. Mas a via por dentro do campo do governo não resolve o problema da independência de classe. Se a alternativa independente ainda é pequena, a tarefa é construí-la maior, não abandoná-la em troca de mandatos dentro de um campo que administra a política que se diz combater.

OS LIMITES DA UNIDADE PROPOSTA

Jones Manoel cobra PSTU, PCB e UP por não construírem unidade eleitoral. Mas essa cobrança vem de alguém que decidiu disputar pelo PSOL, partido que compõe o governo Lula, e que aderiu à lógica de apoio eleitoral ao lulismo no primeiro turno. A pergunta precisa ser feita sem rodeios: quer construir uma unidade da esquerda radical de verdade entrando no campo político do PSOL e do

governo? Vale lembrar que o próprio companheiro recusou a oferta de filiação democrática feita pelo PSTU, optando pela maior viabilidade eleitoral.

O mesmo vale para o MES, que sequer exigiu no interior do PSOL uma candidatura alternativa a Lula. Também na atuação parlamentar acabaram cedendo à pressão da Frente Ampla, como na votação da reforma tributária, quando se abstiveram.

A contradição fica ainda maior quando a bancada incorpora também o PT. Como reivindicar uma esquerda radical sem romper politicamente com o partido que comanda um governo capitalista?

O QUE FALTA

A esquerda radical que o Brasil precisa não pode ser a ala mais combativa do campo lulista. Precisa ser alternativa contra a extrema direita e contra o governo de conciliação de classes ao mesmo tempo, dialogando com quem ainda tem ilusões em Lula, sem se subordinar a elas.

O que falta no manifesto não é apenas uma medida a mais na lista, mas o eixo norteador: independência de classe, ruptura com o governo, expropriação dos grandes capitalistas sem indenização e luta por um governo socialista dos trabalhadores. ■

Se a alternativa independente ainda é pequena, a tarefa é fazê-la maior, não abandoná-la em troca de mandatos dentro de um campo que administra a política que diz combater.

ELEIÇÕES 2026 | RECIFE

Hertz Dias participou do lançamento das pré-candidaturas do PSTU

Ao lado das pré-candidaturas estaduais, presidenciável criticou a conciliação de classes e defendeu um programa socialista para o país



Lançamento das pré-candidaturas em Recife.

O pré-candidato do PSTU à Presidência da República, Hertz Dias, participou, no dia 26 de junho, no Recife, do lançamento das pré-candidaturas do partido em Pernambuco. A atividade reuniu militantes, ativistas e apoiadores.

Foram apresentadas as pré-candidaturas de Guilherme Fonseca a governador do estado,

Valéria Félix a vice-governadora, José Mariano a senador e Caio Marx a deputado estadual. Em sua fala, Hertz relacionou o crescimento da extrema direita à crise do país e à política de conciliação de classes dos governos do PT. "A extrema direita é produto da decadência do país e da forma como o PT governou por 17 anos. O maior crime que o PT cometeu foi deseducar a classe trabalhadora, ensinando a conciliação de classes e fazendo o povo apostar suas fichas no próprio inimigo", afirmou.

Guilherme Fonseca criticou a aliança do PT com setores tradicionais da política pernambucana. "Como enfrentar as oligarquias em Pernambuco quando o presidente que você apoia defende essas mesmas oligarquias? Lula não está contra elas, está com elas. Assim como Raquel Lyra e João Campos", declarou.

Caio Marx destacou o caráter socialista das pré-candidaturas. "Cada voto na nossa chapa é um voto em um programa revolucionário e socialista, que quer enfrentar a burguesia nacional e internacional para transformar de verdade a vida dos trabalhadores", disse.

No dia 27, Hertz esteve em Jaboatão dos Guararapes, onde visitou a comunidade Novo Horizonte e conversou com moradores sobre problemas como falta de saneamento e pavimentação e precariedade das escolas. À tarde, participou de gravações no Recife Antigo. ■

Hertz cumpriu agenda junto à classe operária em São José dos Campos

Pré-candidato do PSTU à presidência participou de reuniões e assembleias com metalúrgicos e sindicalistas



DA REDAÇÃO

O pré-candidato do PSTU à Presidência da República, Hertz Dias, cumpriu, nos dias 29 e 30 de junho, uma agenda voltada à classe operária em São José dos Campos, um dos principais polos industriais do país. Durante dois dias, participou de reuniões com sindicalistas e esteve em assembleias de trabalhadores de importantes fábricas da região.

A agenda começou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, onde Hertz se reuniu com sindicalistas para debater as principais reivindicações da classe trabalhadora, entre elas o fim da escala 6×1 e a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. O pré-candidato também acompanhou, ao lado de trabalhadores e dirigentes sindicais, o jogo da Seleção Brasileira no espaço de eventos do sindicato.

No dia seguinte, Hertz iniciou as atividades ainda de madrugada. Às 5h, participou de uma assembleia com trabalhadores da GM. Depois, esteve na assembleia dos trabalhadores da Avibras, empresa estratégica para a soberania nacional, que atravessa uma longa crise, marcada pela luta dos trabalhadores em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

“É aqui, ao lado de quem acorda de madrugada, entra nas fábricas e produz a riqueza deste país, que queremos construir nossa pré-candidatura. Enquanto os trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas, baixos salários e ameaças aos empregos, uma minoria de bilionários e grandes empresários concentra a riqueza produzida por milhões. Queremos construir uma alternativa política da nossa classe, que enfrente os interesses dos patrões e coloque a economia a serviço das necessidades dos trabalhadores”, afirmou Hertz.



Hertz Dias em agenda a São José dos Campos.

A passagem por São José dos Campos integra a agenda nacional do pré-candidato do PSTU, que defende que sua campanha seja construída a partir das fábricas, dos locais de trabalho, das periferias e das mobilizações sociais, apresentando um programa socialista para o país. ■